



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

Cumprir Portugal

1º SUBSCRITOR: HUGO SOARES

Ficha Técnica

Equipa Coordenadora:

Hugo Soares
José Gonçalo Regalado
Jean Barroca
Margarida Balseiro Lopes
Luís Viegas Cardoso

Agradecimento especial às dezenas de contributos dos “Cumpridores de Portugal”

Produção:

Projecto Candidato à Comissão Política Nacional da JSD - "Cumprir Portugal"

Tiragem

1000 exemplares

Dezembro 2013

Sumário Executivo

A Juventude Social-democrata é uma organização que defende intransigentemente os interesses das novas gerações, devendo para tal apresentar um conjunto sério de ideias e propostas para o futuro de Portugal.

Entendemos que é importante desenvolver iniciativas várias ao nível da organização e junto dos principais decisores políticos do país. Só com uma estrutura fortalecida, dinâmica e ativa será possível estarmos vocacionados para apresentar um novo rumo para Cumprir Portugal.

A Moção de Estratégia Global é composta por várias propostas, mas gostaríamos de destacar 10 que consideramos fundamentais e orientadoras da nossa atuação:

- Iniciar o processo de discussão de revisão constitucional, com particular orientação para a justiça intergeracional;
- Discutir um novo modelo de sustentabilidade da segurança social, com particular enfoque nas políticas de natalidade;
- Devolver a credibilidade à vida pública;
- Participar ativamente no futuro do projeto europeu;
- Dinamizar medidas para combater o desemprego jovem;
- Reorganizar a rede de ensino superior e apostar no ensino profissional de excelência;
- Apostar no crescimento económico, no equilíbrio do território e em políticas de natalidade;
- Elaborar o Projeto Político das novas gerações;
- Continuar a formar a juventude portuguesa;
- Vencer as eleições Autárquicas 2013 e as Europeias 2014.

Índice

1. Preâmbulo	5
2. FUTURO@JÁ.PT.	
2.1. Revisão Constitucional	6
2.2. Ética na Vida Pública	7
2.3. Educação	8
2.4. Cultura, Artes e Voluntariado	12
2.5. Emprego	14
2.6. Emancipação e Família	18
2.7. Jovem Global	21
2.8. Sustentabilidade	24
2.9. Território	25
2.10. Crescimento Económico	26
2.11. Vida Saudável	30
2.12. Assuntos Europeus	34
3. JSD@HOME	
3.1. Programa Político para a Juventude Portuguesa (PPJP)	37
3.2. Militância Ativa	37
3.3. Modelo de Comunicação	38
3.4. Secretaria Geral 3.0	39
3.5. Formação Política	39
3.6. Sub 18	40
3.7. Autárquicas 2013	41
3.8. Relações Internacionais	42
4. Síntese	45

1. Preâmbulo

“Change is the law of life. And those who look only to the past or present are certain to miss the future” - John F. Kennedy

A Juventude Social Democrata (JSD) tem vindo ao longo dos últimos meses a definir e estruturar o seu programa político com vista a apresentar aos Portugueses em geral, e aos jovens em particular, políticas públicas conexas e integradas que consubstanciam uma visão estratégica de longo prazo para Portugal.

Acreditamos que está na altura dos jovens assumirem um papel determinante na definição de um novo paradigma para o Século XXI, contribuindo para a reestruturação de Portugal e incentivando a realização de reformas estruturais fulcrais para a sobrevivência estrutural do país no médio / longo prazo.

O reconhecimento e a valorização da participação dos jovens da sociedade civil assumem particular importância num momento em que Portugal atravessa sérias dificuldades económicas e financeiras, acrescido de uma recente instabilidade social que agrava o bem-estar e a sã convivência entre as pessoas e as instituições.

No intuito de restituir valores éticos universais aos agentes políticos e ao estado a sua credibilidade junto das mais diversas instituições e organizações internacionais, pretendemos dar um sinal de confiança e esperança para a construção de um Portugal melhor.

Vamos Cumprir Portugal!

2. FUTURO@JÁ.PT.

2.1. Revisão Constitucional

Ninguém duvida – ou pode duvidar – de que, hoje, chegou a hora. Encontramo-nos, num daqueles momentos especiais da nossa história, em que já não é possível deixar tudo na mesma à espera que o tempo mau passe, cortando apenas despesa e tentando aumentar a receita fiscal custe o que custar.

É inquestionável que os instrumentos políticos e financeiros, enquadrados na nossa Constituição, não conferem resposta adequada aos problemas atuais com que se defronta a Nação: quer em face da inexistência de emissão de moeda própria e da presença de um Banco Central nacional, quer porque a concretização do conjunto de direitos económicos e sociais previstos no texto da Lei fundamental corresponde a uma economia próspera, com elevada taxa de cidadãos ativos ao nível das contribuições sociais. Daí ser nossa intenção iniciar o debate em torno do tema da revisão constitucional – sem tabus e radicalismos –, procurando um entendimento base para o núcleo essencial de questões fundamentais que expressem “o consenso” do povo quanto ao projeto básico e estratégico da coletividade. É, por isso, urgente que a juventude traga o debate da revisão constitucional para o fórum público, sobretudo nas seguintes áreas:

Nas tarefas do Estado, definidas na Constituição, deve ser incluída a solidariedade intergeracional, trazida para a agenda política pela JSD há uns anos atrás. Para além disto, entendemos que é hipócrita e socialmente iníqua a tendencial gratuitidade da Educação e da Saúde em Portugal, levando a que haja espaço para haver uma Educação/Saúde de 1.^a e de 2.^a, uma vez que pagando todos o mesmo, a afetação de recursos é feita de forma ineficiente. Quem tem mais tem de pagar mais, para podermos proteger aqueles que têm menos rendimentos.

Assim, entendemos que o direito à proteção da saúde deve ser realizado através do Serviço Nacional de Saúde universal e geral, mas que tenha em conta as condições económicas e sociais dos beneficiários dos cuidados de saúde, não podendo, porém, o acesso ser recusado por insuficiência de meios económicos, o mesmo deve acontecer na área da Educação. Este é, aliás, um princípio que deverá ser estendido ao domínio da segurança social e solidariedade, permitindo ao legislador que defina regras especiais de proteção para atender às circunstâncias concretas dos cidadãos que apresentem várias vertentes de dependência.

No que concerne ao Orçamento do Estado, somos defensores da instituição constitucional de um limite ao défice público e, indo mais longe, ao endividamento externo. A solidariedade intergeracional só terá plena consagração se a própria Constituição dispuser de mecanismos de salvaguarda que acautelem o futuro das próximas gerações. A comumente designada “regra de ouro” não poderá ser uma norma meramente programática, sob pena de se tornar inútil e inconsequente.

Parece-nos, de resto, que só em casos de “grave situação económica” ou “realização de projeto de fundado interesse nacional” poderá haver justificação para se ultrapassar o limite fixado. Fora desses casos, qualquer orçamento que ultrapasse o limite prescrito estará sujeito ao juízo de inconstitucionalidade do Tribunal Constitucional.

Por outro lado, no quadro das incumbências prioritárias do Estado, entendemos que deverá estar aí elencado o incentivo à atividade empresarial e ao investimento estrangeiro no quadro da economia global; à responsabilidade social das empresas; à promoção de iniciativas de cidadania, em especial o voluntariado e o associativismo; ao apoio ao empreendedorismo económico e social; e à adoção de uma política nacional de energia.

Por fim, deverá ser criada a figura do Auto Representante para as Novas Gerações que intervenha nos domínios político, económico e ambiental, que seria consultado nas tomadas de decisão políticas que representassem a oneração das gerações futuras. Tratar-se-á de uma voz independente, com força de lei e tutela constitucional para salvaguardar os interesses das novas gerações, uma vez que é imperiosa uma maior representação dos interesses das gerações futuras nos processos de decisão política.

Também aqui estará presente o princípio da solidariedade intergeracional, devendo o Auto Representante para as Novas Gerações analisar o equilíbrio das soluções propostas, no que diz respeito aos interesses de curto e de longo prazo das instituições políticas; assumir a responsabilidade pela supervisão, para assegurar a sustentabilidade das políticas públicas e que estas funcionam numa lógica de eficiência e são eficazes na prática; dotar de autoridade as metas de sustentabilidade acordadas, responsabilizando o Governo e os agentes políticos pelo seu não cumprimento; e estabelecer um canal de informação com os cidadãos e sociedade civil.

2.2. Ética na Vida Pública

Portugal tem debatido, com alguma regularidade, a credibilidade dos agentes políticos e a promiscuidade entre estes e o setor privado. Sabemos que este é um tema nada pacífico e que merece uma profunda reflexão, mas, é por isso mesmo, que este é um dos maiores desafios para a JSD. Entendemos que é fundamental recuperar a credibilidade da política e dos políticos junto dos cidadãos, pois só desta forma será possível salvaguardar o “regime”. Importa ainda destacar a necessidade premente de demonstrar aos jovens portugueses que a política é uma atividade nobre e exercida pelos melhores, que só os mais capacitados e os mais competentes têm lugar nos altos cargos da nação.

A necessidade que Portugal enfrenta de proceder a reformas estruturais e mudar diversas áreas da governação do país só é condizente com instituições fortes e respeitáveis, instituições credíveis e competentes, instituições em que os cidadãos acreditem.

Pretendemos liderar pelo exemplo. Sim, nós próprios devemos refletir sobre o modo de estar na política e criticar quem está pelos atos menos nobres. Sem colocar em causa o Estado de Direito Democrático, somos favoráveis à criminalização dos atos de gestão que se demonstrem ruinosos para o erário público, e que tenham sido cometidos a título de dolo ou negligência grosseira. Não aceitamos e não aceitaremos que decisões políticas sejam adotadas sem a existência de estudos estratégicos ou fundamento técnico.

A JSD promoverá a defesa intransigente da criminalização do enriquecimento ilícito! Não temos medo de falar no tema, nem teremos medo de legislar sobre o tema! Sabemos que é uma discussão difícil, mas mais uma vez queremos mudar Portugal e dar um passo gigante para o combate ao sentimento de impunidade.

Falar de ética é fácil, difícil é praticá-la ou legislar sobre a mesma. A ética na vida pública está para além da lei e, é por isso, que a JSD quer ser uma referência de credibilidade junto dos cidadãos. Pela seriedade dos temas que discute, pela qualidade da sua intervenção e pela formação dos seus quadros, sabemos que temos um longo caminho a trilhar, mas que a sorte protege sempre os audazes.

2.3. Educação

Ao longo da última década observou-se uma significativa melhoria nas habilitações da população portuguesa. No entanto, esta melhoria não eliminou as debilidades estruturais que Portugal ainda apresenta ao nível da formação e da qualificação dos seus cidadãos. Continua, hoje, a ser fundamental a intervenção do estado como agente ativo na educação da população, promovendo políticas de qualificação do nosso capital humano. Este é, sem dúvida, um dos recursos mais determinantes para a nossa afirmação enquanto nação empreendedora e capaz de ultrapassar os desafios que ainda temos por enfrentar.

As dificuldades orçamentais que o país enfrenta são transversais a todas as áreas de intervenção do estado e a Educação não tem sido exceção. Porém, mais do que como um desafio, devemos olhar este momento como uma enorme oportunidade para reformarmos, reinventarmos e reforçarmos o sistema educativo português.

O modelo de ensino, dito inclusivo, que Portugal seguiu pela mão do anterior governo, a par da sua enorme obsessão com as estatísticas, resultou numa clara quebra de rigor e qualidade do sistema educativo, sendo muitas vezes incutido aos estudantes um espírito de desleixo e facilitismo.

Felizmente para Portugal, podemos hoje assistir a uma clara inversão de paradigma com políticas de rigor e exigência a serem implementadas na Escola Pública pela mão do atual governo. Desde a reorganização dos planos curriculares ao reforço do papel do docente enquanto figura de autori-

dade, muitas têm sido as medidas tomadas no sentido de melhor preparar os estudantes, de avaliar o seu sucesso académico e mesmo de lhes dar verdadeiras alternativas de formação através de uma valorização séria do ensino técnico e profissional.

As reformas iniciadas são já significativas, porém há ainda um longo caminho a percorrer quer no Ensino Básico e Secundário quer no Ensino Superior. Para estas duas áreas defendemos algumas ideias baseadas em cinco princípios fundamentais: Equidade, Qualidade, Estabilidade, Responsabilidade e Liberdade de Escolha.

Ensino Básico e Secundário:

Este grau de ensino sofreu, ao longo dos anos, sucessivas reformas que lhe retiraram a estabilidade necessária para que pudéssemos avaliar o sucesso dessas mesmas medidas. Ainda assim, mantendo sempre uma linha de decisão centralizada e de reduzida autonomia das escolas, Portugal tem seguido, por diversas vezes, modelos educacionais adaptados de casos de sucesso internacional.

Contudo, geralmente esta lógica de “reprodução pedagógica” prova não ser a mais acertada por falta de adequação à nossa realidade cultural. Apresentamos portanto, algumas ideias que deverão ser implementadas no Ensino Básico e Secundário Português com expectativas de que sejam bem-sucedidas:

1. Implementação de um verdadeiro modelo de Autonomia das Escolas, dotando as escolas de liberdade na definição da carga horária dos estudantes e incentivando a oferta de atividades co-curriculares para desenvolvimento de competências extra-curriculares e linguísticas, de formação para a Cidadania, de noções de Empreendedorismo, entre outras áreas de valorização pessoal;
2. Valorização do Ensino Profissional, devendo ser visto como uma escolha e não como uma alternativa de recurso – esta valorização poderá ser conseguida através de uma reorganização da oferta (novos cursos com planos curriculares especializados e de qualidade) e por uma aproximação do Ensino Profissional ao Ensino Politécnico, podendo alguns cursos ser lecionados por professores do Ensino Superior como garantia de qualidade e estímulo a uma continuidade dos estudos para um nível de educação mais elevado;
3. Implementação de um modelo de Ensino Dual, um regime integrado no ensino profissional, cofinanciado por entidades do setor privado que permita que os estudantes passem uma parte do seu tempo de formação numa empresa a desenvolver uma atividade verdadeiramente profissionalizante;

4. Criação de um Banco de Livros obrigatório em todas as escolas, com o intuito de apoiar os estudantes com menos capacidades económicas – uma parte dos livros serão adquiridos pelo Estado, outra parte resultará da oferta solidária de livros usados por outros em boas condições;
5. Aumento da representatividade dos estudantes no Conselho Geral das Escolas para o dobro, reforçando não só a sua voz, mas também envolvendo mais jovens numa participação política e de cidadania ativas;
6. Lançamento de um programa de Formação técnica obrigatória para dirigentes associativos do Ensino Secundário, cujas Associações sejam objeto de apoio do estado através do IPDJ.

Ensino Superior:

Sustentado num modelo de grande autonomia, a rede de Ensino Superior abrange hoje uma oferta de 15 Universidades Públicas, 20 Institutos Politécnico Públicos e mais de 90 Instituições de Ensino Superior (IES) Privadas, materializando-se em mais de cinquenta mil vagas distribuídas por cerca de 3.500 cursos públicos e privados.

O presente ano letivo revelou as principais fragilidades desta oferta, tendo havido um menor número de candidaturas que resultaram em cerca de dez mil vagas por ocupar e mais de 80 cursos que não receberam sequer quaisquer candidaturas.

Num momento em que é necessário fazer sacrifícios, consideramos que os problemas orçamentais não dizem apenas respeito a quanto é que se investe no Ensino Superior, mas também como é que são utilizadas essas mesmas verbas. Realizada esta análise, apresentamos algumas propostas urgentes que melhorarão a eficiência da Rede de Ensino Superior:

- I. Estímulo à celebração de consórcios ou mesmo fusões entre IES, permitindo uma maior disponibilidade de recursos humanos e logísticos a serem geridos de forma mais eficiente;
- II. Avaliação dos cursos de ensino superior através da Agência de Avaliação A3ES e consequente encerramento daqueles que não cumpram os requisitos mínimos, devendo essas vagas ser afetadas a outros cursos que apresentem melhores resultados de qualidade e de empregabilidade;
- III. Concentração de vagas e especialização de IES em determinadas áreas do saber com base nas necessidades e no potencial das regiões, mantendo apenas três grandes Universidades em território nacional com uma oferta formativa mais abrangente e transversal a diversas áreas do saber.

Devemos aqui ressaltar que Portugal está comprometido com a estratégia Europa 2020, devendo assumir como prioridade o aumento do número de licenciados, pelo que não podemos nem devemos optar pela estratégia fácil e cega de encerramento de vagas. Temos sim de assumir uma estratégia de atração das pessoas para o ensino superior mediante uma oferta igualmente abrangente mas direcionada para as características da procura e sobretudo para as necessidades do mercado laboral.

As limitações orçamentais a que Portugal está sujeito obrigam a que seja definida uma forma alternativa de financiamento que conjugue três fatores: diversificação das fontes de receita da IES, maior estabilidade da receita proveniente do Orçamento de Estado e incentivo a uma gestão de excelência pela via do financiamento. Neste sentido apresentamos três propostas concretas:

- I. Simplificação do quadro legislativo das IES, reforçando a sua autonomia para que desenvolvam sinergias com o setor privado (quer ao nível de serviços prestados, quer de investigação) obtendo daí mais receitas próprias;
- II. Celebração de contratos-programa, implementando o modelo de orçamentos plurianuais a 3 ou 4 anos, como garantia de estabilidade no funcionamento das IES;
- III. Criação de complementos ao financiamento público base através de medidas de bom desempenho das IES (ex. complementos com base no IRS dos seus antigos alunos, no esforços de obtenção de receitas próprias, na adequação da oferta formativa, nos níveis de empregabilidade pretendidos, etc.).

Adicionalmente, num momento de profunda crise económica e social em que o esforço das famílias para suportar os custos da educação dos seus filhos é cada vez maior, é importante lembrar que a JSD não esqueceu os estudantes. Apesar das severas restrições orçamentais, cujas causas são já bem conhecidas, estivemos ao lado dos reitores e das académicas e conseguimos que o governo tivesse a sensibilidade de recuar nos duros cortes que havia previsto para o Ensino Superior.

Esta vitória veio assegurar não só o funcionamento regular das IES mas também, por exemplo, a capacidade do Sistema de Ação Social dar resposta aos quase cem mil estudantes que se candidataram a uma Bolsa de Estudo. No contexto em que vivemos, esta tem de ser uma especial preocupação da JSD que, em momento algum, se conformará enquanto houver estudantes que continuam a abandonar o ensino superior por motivos económicos.

Não aceitando que tal continue a acontecer no nosso país, apresentamos as seguintes propostas:

- I. Suspensão da disposição que exclui do sistema de Ação Social direta os estudantes cujos membros do agregado tenham dívidas tributárias, porque nenhum estudante deve ser obrigado

a abandonar o Ensino Superior e a prejudicar o seu futuro por motivos que não lhe são imputáveis;

II. Possibilidade de majoração da bolsa (dentro de uma margem determinada) com base em critérios subjetivos e dificilmente mensuráveis através do reforço do poder de decisão dos assistentes sociais dos Serviços de Ação Social, podendo assim haver alguma discricionariedade na avaliação individual e na análise de cada candidato que o solicite;

III. Aumento do limiar de elegibilidade do rendimento de um estudante candidato a uma bolsa de ação social de 14 IAS para 15 IAS (cerca de 6.290€), medida que deve ser compensada por uma diminuição da bolsa mínima (que neste momento é igual à propina da IES) para um valor indexado ao salário mínimo.

Por fim, e porque os momentos de crise expõem também as fragilidades das instituições, verificamos que nos últimos anos têm sido frequentes as denúncias de má gestão e fraude em muitas Associações Académicas por todo o país, sendo várias as instituições que hoje apresentam elevados passivos e complexas situações de ordem financeira. Esta situação é tanto mais grave porque vai arrasando aos poucos a credibilidade das Académicas aos olhos dos estudantes, diminuindo o seu sentimento de representatividade e afastando ainda mais os jovens das causas do associativismo estudantil e do ensino superior.

Assim sendo, a JSD tem a obrigação de intervir nesta matéria, propondo mecanismos concretos de auditoria anuais seletivas às contas das Associações de Estudantes e criando algumas disposições legais severas de responsabilização de todos os dirigentes associativos que sejam associados a situações de fraude ou de gestão danosa.

Com todas estas propostas, estaremos a afirmar a JSD enquanto estrutura e estamos a aproximar-nos dos estudantes, fazendo nossas as suas bandeiras mas mantendo-nos sempre fiéis aos princípios acima apresentados: Equidade, Qualidade, Estabilidade, Responsabilidade e Liberdade de Escolha.

2.4. Cultura, Artes e Voluntariado

CULTURA E ARTES

Desde a 1.^a Metade do Século XX que a Cultura tem sido encarada como património da Esquerda em Portugal, paradigma que tem de ser alterado. Se tantas vezes recorremos à palavra “empreendedorismo” nos temas do Emprego e da Educação, também na Cultura o devemos fazer, assumindo de início a autonomia dos agentes culturais como princípio orientador das Políticas de Cultura em Portugal.

Em primeiro lugar, a JSD deve assumir, tal como sucede noutras áreas, que o Estado deve exercer um papel regulador e potenciador da atividade artística e cultural e não ser um produtor cultural. E, não pode a Cultura sobreviver somente dos apoios estatais, sob pena de assistirmos a um condicionamento por parte do Estado da liberdade de iniciativa criativa e artística. Ademais, não nos podemos esquecer que vivemos atualmente sob um rigoroso programa de ajustamento económico e financeiro que afeta todos os setores.

De facto, o contexto de crise que o país atravessa levou à emigração de muitos jovens, daquela que é considerada a geração mais qualificada de sempre, o que leva a um desenraizamento cultural que ameaça a identidade cultural portuguesa. A este propósito, devem as embaixadas e os consulados portugueses vocacionarem-se para a preservação desta, podendo ser palcos para a exposição das obras de arte dos jovens portugueses aí residentes.

Para além disto, a Escola deve ser encarada como um veículo difusor das raízes culturais portuguesas e do incentivo à criação do espírito crítico desde cedo, devendo por isso fomentar junto das escolas e dos mais novos uma educação e sensibilidade para estes temas.

VOLUNTARIADO

O exercício do voluntariado e do associativismo jovem é, nos nossos dias, um dos mais nobres exercícios de cidadania. E Portugal é, historicamente, um país onde os jovens desempenham um papel ímpar na construção da sociedade em que vivem.

O processo educativo que se desenvolve, apesar de não formal, permite a cada jovem a aquisição de conhecimentos, competências e atitudes fundamentais na construção do seu perfil, desenvolvendo um papel de importante complementaridade ao sistema formal de ensino, permitindo o desenvolvimento das denominadas “soft skills”, altamente valorizadas pelo tecido empresarial em Portugal, na Europa e no Mundo.

As organizações de voluntariado e associativismo jovem desempenham um papel fundamental no exercício dos direitos e dos deveres em democracia, permitindo aos jovens exercer funções e desempenhar papéis para os quais elegem e são democraticamente eleitos.

Este trabalho permite o desenvolvimento de um sentido de responsabilidade, de uma visão estratégica com impacto na sua comunidade e de um trabalho de envolvimento com os órgãos de poder local e com a sociedade. Só assim será possível obter um conhecimento mais aprofundado das instituições, dado que o trabalho realizado na melhoria da democracia é útil, válido e cuja qualidade depende de todos os envolvidos.

A taxa de desemprego em Portugal, segundo dados mais recentes do Eurostat (outubro 2012) já atinge os 16,3%, sendo que a taxa de desemprego jovem já ronda os 39,1%. É neste cenário que a valorização do perfil individual de cada jovem, dos seus conhecimentos e competências específicos, nomeadamente aqueles que o diferenciam dos outros.

Assim, e pela importância que pode desempenhar no futuro dos jovens, a sua experiência associativa e de voluntariado é um elemento de enriquecimento pessoal, de diferenciação e de exercício do potencial de cada jovem. E por, essa razão, a sua valorização formal exige um processo credível, responsável e justo.

Por isso, a JSD empenhar-se-á para que os jovens tenham cada vez mais e melhores condições para a realização de trabalho de voluntariado e associativismo; será uma prioridade a valorização oficial das competências adquiridas em ambiente não formal; e encetaremos esforços, no sentido de propor soluções legislativas de valorização do papel do voluntário e reconhecimento do seu trabalho, nomeadamente, através da criação do suplemento ao diploma.

2.5. Emprego

Analisando o hiato temporal compreendido entre 1998 e 2008, é possível aferir que a taxa de desemprego em 22 países da OCDE revela especial gravidade nas camadas jovens, conforme se verifica em Portugal. Analisando o peso do desemprego jovem no total da população desempregada conclui-se que o valor temporal se encontra ligeiramente acima da média da OCDE, o que demonstra que Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer na criação de políticas de emprego para a juventude.

Segundo a última informação estatística disponibilizada pelo EUROSTAT, em outubro de 2012, a União Europeia apresentava uma taxa de desemprego de 10,7%, enquanto que na Zona Euro a taxa de desemprego atingia os 11,7%. A Europa a 27 tinha 25,9 milhões de desempregados e, destes, cerca de 18,7 milhões pertenciam à Zona Euro.

As taxas mais baixas de desemprego verificam-se na Áustria (4,3%), Luxemburgo (5,1%), Alemanha (5,4%) e Holanda (5,5%). Inversamente, os países mais penalizados pelos números do desemprego são Espanha (26,2%), Grécia (25,4%). Portugal é o terceiro país com a taxa mais alta de desemprego, de 16,3%.

Em outubro de 2012, a taxa de desemprego jovem (i.e. trabalhadores com idade inferior a 25 anos) na União Europeia era de 23,4%, correspondendo a 5,7 milhões de jovens sem uma ocupação profissional, e de 23,9% na Zona Euro, correspondendo a 3,6 milhões de desempregados. Este flagelo social tem vindo a aumentar ao longo dos últimos meses, dado que uma comparação homóloga (com outubro de 2011) permite constatar que mais 279 mil jovens estão desempregados

na Europa a 27, enquanto que na Zona Euro são mais de 350 mil sem uma ocupação profissional. As taxas de desemprego jovem mais baixas verificam-se na Alemanha (8,1%), na Áustria (8,5%) e na Holanda (9,8%). Os valores mais elevados registam-se na Grécia (57,0% em agosto de 2012) e em Espanha (55,9%).

Portugal continua a apresentar uma das mais elevadas taxas de desemprego jovem da U.E., atualmente equivalente a 39,1%. Esta taxa representa um crescimento de 9 pontos percentuais face aos valores registados no período homólogo (outubro de 2011 - 30,1%).

	União Europeia	Zona Euro
Taxa de desemprego	10,7 %	11,7 %
Número de pessoas desempregadas	25,9 milhões	18,7 milhões
Número de jovens desempregados	5,7 milhões	3,6 milhões
Taxa de desemprego jovem (16-24)	23,4 %	23,9 %
Taxa de desemprego Jovem em Portugal	39,1% + 9 p.p. face ao período homólogo	

Ao longo dos últimos anos, os sucessivos Governos têm vindo a adotar várias medidas com vista a resolver o problema do desemprego jovem. Porém, este continua a aumentar, sem que se encontrem soluções que invertam esta tendência.

Recentemente, foram adotadas novas medidas, tais como a reforma do sistema laboral que facilita a entrada dos jovens no mercado de trabalho ou a reprogramação de fundos comunitários (QREN) para lançamento de vários programas de incentivo à contratação jovem como é o caso do Programa “Impulso Jovem” que está a começar a ser implementado na economia portuguesa.

Entendemos que este programa é extremamente positivo para colmatar os problemas de empregabilidade que milhares de jovens portugueses sentem. As várias medidas adotadas visam promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho, a contratação com benefícios quer para as empresas, quer para as pessoas ou as atividades de empreendedorismo.

No entanto, as medidas de incentivo ao emprego jovem não se podem esgotar no programa colocado em prática pelo atual Governo, pois existem muitas outras que poderão também ser benéficas para a economia portuguesa e para a resolução do problema de milhares de jovens que não encontram uma oportunidade profissional.

Defendemos que deve ser criado um novo tipo de contrato de trabalho em paralelo com os já existentes e que se deve denominar “Contrato Confiança”. É uma tipologia de contrato coletivo paralelo ao sistema atual que pode ser adotado/abandonado por massa total/parcial do corpo de colaboradores de cada empresa e que apresenta um regime de segurança social alternativo e que promove a proteção social dos jovens com poucos meses de descontos.

Defendemos que os jovens devem ter o direito de ter pequenos trabalhos com uma duração máxima semanal de 12 horas, recebendo uma remuneração justa pelo seu trabalho. Pretendemos adotar o princípio de Mini-Jobs que está em vigor na Alemanha e em estudo no Reino Unido e em que se pretende promover o princípio de promoção da independência dos jovens face a terceiros (país e estado), aumentando assim o seu rendimento, que será investido em novas qualificações ou na emancipação juvenil.

Os Mini-Jobs terão um valor acrescido na medida em que apenas sejam permitidos como instrumento de criação de emprego líquido na economia. Esta forma de integração no mercado de trabalho pode ser um primeiro passo para compatibilizar o mundo da educação com o do mercado de trabalho e um mecanismo de fortalecimento e cooperação entre aquele, as empresas e o setor público. Os Mini-Jobs podem ser o melhor meio para resgatar o futuro dos jovens portugueses que se têm visto em meios para prosseguir os seus estudos.

A JSD entende que a imposição de limites horários de trabalho permite alcançar valores horários mínimos de remuneração substancialmente superiores ao salário mínimo nacional, tendo assim boas condições no mercado profissional.

Consideramos, ainda, fundamental reestruturar o subsídio de desemprego para jovens, por forma a que sejam dispensados de se apresentarem nas autoridades competentes, quando haja lugar a prestação de trabalho em regime de voluntariado ou não remunerado fora de Portugal, bem como quando se aprofundam estudos académicos fora do país.

Pretendemos criar um regime de estágios majorados fiscalmente, em que os estágios devem ser remunerados, mas majorados fiscalmente como custos proporcionais de 120-150% em função do custo suportado pela empresa e da afetação do colaborador aos quadros da empresa. Propomos a atribuição de benefícios fiscais (ou de outra natureza) às empresas privadas que recebam jovens que estejam a trabalhar na Administração Pública.

Atendendo aos objetivos de formação profissional previstos na legislação laboral e tendo em vista o aproveitamento de sinergias próprias do mercado, sugerimos a consagração de mecanismos (não reconduzíveis à cedência ocasional de trabalhadores) de "intercâmbio/ troca" de trabalhadores entre empresas (não relacionadas ou pertencentes ao mesmo grupo), por um período de tempo limitado e tendo em vista o aumento das suas competências e a sua formação.

Dinamizaremos o programa “Work Sharing”, que tem como objetivo promover a contratação conjunta de trabalhadores altamente qualificados por várias empresas, dando assim a possibilidade a jovens terem uma ocupação profissional e às empresas maiores competências académicas.

Sugerimos diminuir em 5% os custos de segurança social das empresas que integrem mais de 25% de jovens altamente qualificados, tendo como objetivo principal aumentar a sua competitividade e diminuir os custos de novas contratações. O Programa Compete (QREN) deve considerar uma majoração quando esteja perante a contratação de jovens qualificados para os programas que está a lançar para as empresas.

O Programa PEJENE tem como objetivo proporcionar aos estudantes universitários uma oportunidade profissional de 2 a 3 meses durante o período de férias letivas. Pretende-se duplicar o número de estágios atualmente vigentes como aposta efetiva na reestruturação da administração pública portuguesa e integração dos jovens no mercado de trabalho. Acreditamos que a inserção de mais jovens na Administração Pública irá contribuir para aumentar a competitividade da economia portuguesa e facilitar a rápida análise e execução dos processos administrativos existentes.

O IEFP deve ser responsável por elaborar um plano de identificação de necessidades de competências a nível regional (envolvendo o Ministério da Educação, as ordens profissionais, as associações empresariais) para gestão das oportunidades e interesses de carreira/formação, divulgado claramente à população. Salientamos que deverão existir oportunidades de empregabilidade distintas de região para região, dado que deverão estar em conformidade com as necessidades do mercado de trabalho.

Entendemos ainda como sendo fundamental a melhoria da formação profissional de jovens não qualificados. Ou seja, no momento da inscrição no Centro de Emprego, os jovens não qualificados deverão indicar o conjunto de 5 profissões estratégicas (tendo em conta o Plano de Identificação de Emprego) para as quais gostariam de ter formação profissional. As profissões terão em conta as oportunidades apresentadas a nível regional.

O IEFP deverá, em conjunto com as universidades e junto das empresas ou instituições de C&T, disponibilizar cursos com profissionais altamente qualificados que ministrem toda a formação técnica necessária para a entrada de jovens no mercado de trabalho. As empresas participariam no processo de formação profissional dos trabalhadores desempregados, através da realização de estágios, em tempo parcial, não remunerados na totalidade pelo empregador, em empresas inscritas nos centros de formação profissional.

Pretendemos que se assegure a qualidade dos programas vocacionais de formação no emprego e a correta frequência destes cursos, avaliação dos conteúdos e eficiência na transmissão, nomeadamente através de uma maior participação das empresas-cliente no processo. O objectivo seria assegurar que a formação dada aos desempregados fosse vista como uma real mais-valia pelo

mercado de trabalho, podendo assumir características de grau académico (ex. pós-graduação, executive master).

Com vista a fixar os jovens no interior do país, sugere-se que seja adotada uma majoração superior quando um jovem pretende criar uma empresa longe dos principais centros urbanos localizados no litoral. A majoração deverá ser atribuída à empresa quando esta for criada por jovens no interior de Portugal.

Sugerimos que se defina que 20% da totalidade do montante disponível nos fundos de capital de risco ou outros instrumentos de financiamento público promovidos pela AICEP sejam aplicados em projetos dinamizados por jovens empresários ou que incorporem força laboral maioritariamente jovem.

A AICEP deveria ter planos de ação com uma orientação empresarial, com lógicas de ação e estruturas de incentivos empresariais, dependentes do sucesso comercial das empresas portuguesas nos mercados alvo. Sugerimos também a captação de talentos para a AICEP através de um programa atrativo, por ex. com um plano de carreira similar ao das consultoras de gestão, podendo depois os jovens ir trabalhar para empresas e dinamizar a sua área de internacionalização.

A economia e o emprego devem ser as duas áreas prioritárias de atuação do governo português, atribuindo especial atenção à juventude. Acredita-se que a adoção de novas políticas na área da juventude, complementares às já existentes no Programa “Impulso Jovem”, permitirá obter vantagens competitivas a longo prazo para a economia portuguesa.

Neste sentido, as propostas apresentadas visam não só melhorar a empregabilidade jovem de forma direta, mas também promover ações a longo prazo que permitam reforçar a confiança dos jovens no futuro do país.

2.6. Emancipação e Família

Família

O direito de constituir família tem acolhimento no art. 36.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, bem como no art. 16.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e no art.º 12.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Enquanto direito fundador da própria existência da sociedade, o direito de constituir família não pode resumir-se a uma fórmula vaga e desamparada de instrumentos de realização concreta. Esses instrumentos, por sua vez, não podem ficar parados no tempo das primeiras reivindicações da parentalidade, impondo-se a sua atualização à luz dos tempos que o Estado e a sociedade atravessam.

Discutindo-se atualmente o âmbito das funções sociais do Estado está naturalmente no plano dessa discussão um novo recorte das políticas de apoio à família e à parentalidade, pois, se por um lado, é bem conhecida a influência que a demografia exerce sobre a economia e a importância da realização pessoal do cidadão enquanto parte de uma família, não é menos debatida, por outro lado, a precisão dos limites ao apoio que o Estado ainda social pode prestar.

Orientada por esta linha de raciocínio responsável, a JSD identifica como principais causas dissuasoras da constituição de família i) os elevados custos da parentalidade, ii) a difícil empregabilidade dos jovens e iii) a mais difícil conciliação entre a vida profissional e a maternidade ou a paternidade. Identificadas as causas que isoladamente ou em conjunto maior responsabilidade assumem pelo adiamento da formação de novos núcleos familiares e da decisão de ter filhos, a JSD propõe que as mesmas sejam atenuadas ou eliminadas através das seguintes medidas:

- A taxa de IVA sobre os artigos de primeira necessidade para as crianças deve ser inferior a 5%;
- Taxas Especiais de água e eletricidade para famílias com três ou mais filhos;
- Criação de um passe especial para os transportes públicos para famílias com três ou mais filhos;
- A taxa de IVA sobre a aquisição de viaturas por famílias numerosas (3 ou mais filhos ou adotados) seja especialmente favorecida;
- O cálculo da taxa de IMI passe a fazer-se de acordo com um factor de ponderação entre a composição do agregado familiar e a área do prédio;
- A taxa de IMT seja reduzida em 50%, quando a aquisição seja feita por agregados familiares com 3 ou mais dependentes, atendendo em simultâneo ao rendimento do agregado;
- Rede pública de creches de baixo custo com horários alargados para agregados familiares cujo rendimento mensal líquido não ultrapasse o equivalente a duas vezes e meia o valor da retribuição mínima mensal;
- Incentivar as empresas a propor horários flexíveis ou regime de produção por objetivos aos trabalhadores com filhos menores de 3 anos ou incentivar, através de instrumentos de natureza fiscal, a criação de creches dentro da empresa;
- Criação de uma Bolsa de Manuais Escolares que permita a reutilização dos manuais escolares, devendo os mesmos ser devolvidos à escola no final de cada ano letivo para reutilização no ano seguinte;
- Criação de um regime estatutário para os estudantes do ensino superior com filhos a seu cargo, nomeadamente permitindo épocas especiais de avaliação.

Emancipação

As novas gerações, contudo, precisam de ser incentivadas a preparar a saída do seu agregado familiar e a sua introdução autónoma e produtiva na sociedade. A emancipação dos jovens portugueses tem vindo a ocorrer cada vez mais tarde, mantendo-se a residir com os seus progenitores depois dos trinta anos de idade, sem perspectivas de autonomia financeira, sem mobilidade e sem adaptabilidade.

Há cada vez mais jovens a prolongar ad aeternum os seus estudos, sustentados pelo rendimento dos pais ou pelas pensões de reforma dos avós, sem entrar no mercado de trabalho e sem se transformarem em agentes produtivos da sociedade e instigadores do crescimento económico de que Portugal tanto precisa.

Esta juventude omissa, cuja participação e entrega é essencial ao crescimento económico, cuja energia é vital para o país, está alheada pelos motivos conhecidos: i) disfunção entre o mundo académico e o mundo laboral que deriva na dificuldade de encontrar emprego que corresponda às habilitações conseguidas e ii) encarecimento da independência (habitação e custos de sobrevivência).

Portugal enfrenta a necessidade de resolver um problema de urbanismo que se prende com um número cada vez maior de imóveis degradados e abandonados, a que acresce uma maior ausência de pessoas dos centros urbanos. Esta realidade é cada vez mais uma característica do nosso ambiente e deve merecer a preocupação dos mais diversos agentes políticos.

No entender da JSD, estas patologias podem ser atacadas pelo recurso a medidas estrategicamente direcionadas para o âmago das questões, como, por exemplo:

- Revitalização do arrendamento para jovens;
- Contemplar o Instrumento de Venda Forçada de imóveis no Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, bem como, todo o procedimento e princípios do Direito que o fundamentam, previsto no Decreto-Lei 307/2009 de 23 de outubro. Pretende-se assim estimular o regresso dos jovens às zonas mais antigas das cidades, repovoando-as e devolvendo-lhes uma dinâmica e vida indispensáveis para o relançamento dos centros urbanos;
- Programa Nacional de Reabilitação de Prédios, nas zonas históricas das Cidades, para posterior arrendamento a jovens estudantes onde haja grande dinâmica académica;
- Benefícios Fiscais e Condições de Financiamento para Reabilitação de Imóveis, de modo a que os proprietários sejam incentivados a recuperar os imóveis, com a contrapartida de arrendar os mesmos a jovens por um período não inferior a 15 anos, a preços controlados;
- Taxa Especial de água e eletricidade até aos 27 anos de idade.

A valorização das famílias e dos jovens é um pilar estruturante de qualquer sociedade que pretenda alcançar a sua sustentabilidade. A realização do cidadão é conseguida da fusão da pessoa em família com a pessoa enquanto ser autónomo e orgulhoso do seu percurso individual. É para criar essa sociedade motivada e produtiva que trabalharemos arduamente.

2.7. Jovem Global

A emigração não deve e não pode ser entendida como a única solução para os jovens portugueses, seja para os que possuem poucas qualificações ou para aqueles que passaram os últimos 3 ou 4 anos das suas vidas a investir no ensino superior. Não esqueçamos que a generalidade dos portugueses contribui através dos seus impostos para a formação das novas gerações, num investimento que se perde com a emigração.

Nas décadas de 60 e 70 Portugal assistiu a um grande fluxo de emigrantes que culminou com a saída de, aproximadamente, 1 milhão de portugueses para vários destinos europeus, sobretudo França, Luxemburgo e Suíça. Após a revolução de abril, o país cresceu e prosperou economicamente, tendo-se voltado a sentir um grande fluxo migratório desde 2007.

Hoje, são mais de 150 mil pessoas, sobretudo jovens, que emigram anualmente, podendo-se estimar que mais de 1 milhão e meio de pessoas irão deixar o país durante a presente década. Uma tragédia que, segundo o Economista Álvaro Santos Pereira, atual Ministro da Economia e do Emprego, “É a terceira vaga da emigração e com níveis próximos dos anos 60 e 70. Mas esta pode ser mais prejudicial porque inclui uma fuga de cérebros e porque, combinada com a baixa natalidade, é uma bomba-relógio para a sustentabilidade da Segurança Social”.

Emigrantes	Anual	Total
Décadas de 1964 e 1974	100 mil	1.000 mil
Década de 2000	70 mil	700 mil
- Ano de 2007 e 2008	100 mil	200 mil
Década de 2010	150 mil	1.500 mil

Entretanto, este flagelo social continua a afetar muitos milhares de jovens, incentivando-os a procurar oportunidades profissionais no estrangeiro, em busca de empregos bem remunerados e de uma melhoria na sua condição socioeconómica. Neste sentido, entendemos que é necessário promover ações que melhorem a ligação dos jovens ao seu país de origem e que, cada português emigrado, contribua para a recuperação económica de Portugal e das empresas nacionais.

Entendemos que é necessário adequar o programa INOV Contacto/Export aos interesses dos jovens mais qualificados e com maior talento a nível empresarial. As candidaturas não devem ser limitadas a desempregados, permitindo a existência de alguma flexibilidade para o candidato no matching com a empresa/país de destino. Sugerimos que aos jovens seja permitido escolher os países de destino pretendidos.

Sugerimos a criação de uma bolsa de estudantes Erasmus para as empresas criarem laços locais “Erasmus Export”. Pretende-se agregar o Programa Erasmus às empresas exportadoras, empresas com investimento direto no Estrangeiro, associações comerciais ou institutos públicos com representatividade internacional.

Assim, os estudantes do Ensino Superior que fizessem o Programa Erasmus levariam a sua universidade portuguesa e uma empresa/associação portuguesa para o País de destino. Os estudantes contactariam e, se possível, trabalhariam para esta empresa/associação desenvolvendo um modelo partilhado de estudo internacional dos alvos destas entidades. Este processo ficaria sob a alçada das universidades e empresas em Portugal e das embaixadas e AICEP’s no estrangeiro.

Para os estudantes Erasmus estrangeiros em Portugal, sugerimos desenvolver uma política de sinal oposto ao da medida anterior, com empresas nacionais como sponsors dos estudantes estrangeiros, em função do seu país de origem e interesses estratégicos de internacionalização. Assim, as empresas nacionais patrocinarão estudantes estrangeiros em Portugal que abrissem fronteiras no estrangeiro e os estudantes portugueses aproveitarão a sua experiência internacional academicamente e profissionalmente.

Serão programas sem custos e geradores de currículo académico. Para os estudantes, reforçar-se-ia a proximidade ao mercado de trabalho abrindo portas a uma colocação internacional ou nacional nestas mesmas empresas/associações, sendo avaliados curricularmente pelo seu desempenho. Para as empresas, reforçar-se-ia a sua estratégia internacional, recebendo e formando pessoas qualificadas e com capacidade de abrir horizontes para Portugal.

Consideramos ser determinante fomentar uma maior internacionalização dos jovens portugueses, criando programas que reforcem o conhecimento e valorizem profissionais que poderão dar um importante contributo para reforçar a competitividade da economia portuguesa. Propomos assim o Programa INOV Embassy, destinado a jovens com formação superior (por ex: economia, gestão, relações internacionais, marketing, engenharia) que seriam colocados nas embaixadas portuguesas a trabalhar em várias áreas.

Tendo em conta a atual conjuntura e as oportunidades escassas para os jovens qualificados que se encontram na Função Pública em Portugal, propomos o desenvolvimento de uma rede europeia para o intercâmbio de jovens nestas condições, podendo ser acolhidos, durante um período de tempo a definir, por outros Estados-Membros.

O novo programa de intercâmbio na Administração Pública Europeia será promovido pelo Estado Português em estreito diálogo com outros Estados-Membros, possibilitando aos jovens uma progressão profissional e pessoal, simultaneamente melhorando as qualificações dos seus quadros e trabalhadores. Além deste fato, Portugal qualificaria os seus quadros e permitiria a aquisição de novas competências, a exposição às boas práticas de outros países e a sistemas diferentes de administração pública e também a culturas locais e organizacionais diferentes.

No final dos estágios internacionais realizados ao abrigo de todos os programas anteriormente referidos, propomos que o Estado apoie a contratação efetiva pelas empresas num regime de phasing out. Sendo assim, no primeiro ano o estado continuaria a financiar as empresas com 80% da bolsa concedida no estágio, evoluindo esta comparticipação para 50% no segundo ano e para 25% no terceiro ano. Caso existisse rescisão do contrato por iniciativa da empresa, o Estado deveria ser ressarcido das verbas atribuídas às empresas. Pretende-se assim estimular a internacionalização das empresas portuguesas e abrir novas oportunidades para os jovens nos mercados internacionais para que, quando regressem a Portugal, tenham um forte conhecimento de outros mercados e contextos externos.

Com o objetivo de potenciar a globalização e valorizar Portugal, propomos a criação de uma rede de jovens emigrantes portugueses no estrangeiro (Rede Portugal Global), que acompanhe o seu percurso e estimule o intercâmbio e a proximidade entre emigrantes portugueses, assim como a sua ligação efetiva e produtiva ao País e às suas comunidades de origem.

Estes jovens poderão desenvolver soluções institucionais que, juntamente com as Embaixadas e Serviços Consulares de Portugal possam acompanhar e potenciar a ligação dos jovens emigrantes portugueses com o seu País e as respetivas comunidades de origem. Além disso, os jovens emigrantes poderão abrir as portas para novos jovens emigrantes e facilitar a sua integração no novo mercado laboral.

Além dos múltiplos programas internacionais que apresentamos, entendemos que é fundamental estabelecer um crédito bonificado para Jovens Emigrantes, por forma a que continuem ligados ao seu país de origem. Pretendemos que os jovens possam adquirir uma habitação em Portugal, reforçando os laços com o País e garantindo uma ligação perene a Portugal.

Várias organizações (ex.: AIESEC e IAESTE) promovem o intercâmbio de jovens profissionais entre vários países a nível global. Sugerimos o estabelecimento de parcerias com organizações internacionais, por ex. com o objetivo de compartilhar as despesas com estágios internacionais de jovens provenientes dos mercados-alvo das empresas exportadoras do nosso país.

2.8. Sustentabilidade

Nos últimos 10 anos, muito mudou em Portugal no que diz respeito ao setor da energia. Embora ainda muito dependentes do estrangeiro (como a grande maioria dos países da Europa), no que diz respeito à produção de eletricidade (que representa apenas 30% da energia consumida), temos vindo a aumentar a nossa cota de produção endógena, através das energias renováveis e contração do consumo, reduzindo as importações.

O forte financiamento às energias renováveis, que pautou o Governo anterior, foi substituído por uma vontade clara de aposta na eficiência energética aliada a fortes cortes na subsidiação do sistema elétrico nacional, tanto para renováveis (PRE) como para o sistema produtor regular (PRO). Defendemos que o Governo deverá fazer uma aposta na eficiência energética como nunca foi vista antes em Portugal, atuando em todos os setores de consumo, reduzindo custos para as famílias ao nível Residencial, cortando nas despesas operacionais dos Serviços e melhorando e inovando os processos ao nível da Indústria, contribuindo para o aumento da competitividade do país, e a redução da intensidade energética da nossa economia.

Contudo, não podemos, sob o pretexto da crise, cortar sumariamente nos apoios às energias renováveis, especialmente no que diz respeito ao enorme potencial de investigação e desenvolvimento que Portugal apresenta ao nível do solar fotovoltaico, eólica offshore e energia das ondas.

O Governo tem de criar as condições necessárias para que o teste de tecnologias em fase pré-comercial (solar, eólica offshore e ondas) seja abraçado e facilitado. Caso não o faça, inúmeras empresas escolherão outros países europeus para os seus testes, perdendo-se uma janela de oportunidade única na liderança em novas tecnologias renováveis para Portugal.

No campo do solar térmico, após o fiasco do programa Solar Térmico 2009, desde então mais nenhuma iniciativa foi tomada nesta área crucial para reduzir o consumo de energia fóssil pelas famílias portuguesas. Sendo que cerca de metade da energia consumida no setor residencial, se deve à preparação de águas quentes, é modesto que este objetivo – de instalar painéis solares térmicos em todas as situações economicamente sustentáveis – não seja a prioridade deste Governo. Para nós é urgente:

- lançar um programa de garantias bancárias estatais para instalação de painéis solares térmicos não só em edifícios independentes, do tipo vivenda, mas também em edifícios de apartamentos;
- elaborar um estudo de sustentabilidade em todos os edifícios do estado que possuam equipamentos de preparação de águas quentes e a instalação de painéis solares em todos os que exista viabilidade económica;

- continuar a apoiar as coletividades, IPSS e entidades de utilidade pública que desejem instalar painéis solares térmicos;
- Apoiar as garantias bancárias no setor industrial para instalação de painéis solares térmicos.

Não podem ser apenas as evoluções tecnológicas que levarão à melhoria da nossa eficiência energética. É necessário mudar comportamentos. A reciclagem, hoje um hábito interiorizado por muitos portugueses, foi um exemplo de sucesso de mudança de atitude que se pode gerar desde o início da educação, nas escolas. É assim necessário introduzir conteúdos transversais no ensino básico, em todos os ciclos, relativos aos bons comportamentos energéticos, envolvendo os jovens com as suas escolas no objetivo de reduzir consumos de energia e desperdícios.

Temos de criar uma cultura da eficiência, da poupança, da competitividade!

O setor dos transportes é responsável por cerca de um terço do consumo de energia primária em Portugal. A forte dependência do setor em combustíveis líquidos (gasóleo e gasolina), leva a que este seja um dos vetores energéticos dependente na totalidade de importação.

A aposta na otimização dos sistemas de transportes públicos, na intermodalidade das soluções e no desenvolvimento de novos modelos de negócio e de serviços inovadores para a mobilidade, que repensem a maneira de nos deslocarmos, tais como o car sharing e o car pooling.

Ao nível do transporte de mercadorias, a interligação entre portos e acesso ferroviário, com o planeamento a médio prazo de uma linha de ligação Portugal-Espanha-França de bitola Europeia servirá para alavancar o potencial dos nossos portos.

Ao nível das grandes cidades, Portugal tem uma das frotas de táxis mais envelhecida, poluente e barata da União Europeia. Em nome da qualidade do ar nas cidades, e da eficiência energética no transporte, deverão ser tomadas medidas radicais junto deste sector, apostando em veículos híbridos e elétricos, e criando taxas progressivas que penalizem os veículos a combustão interna que não cumpram a norma Euro 4 (anteriores a 2005).

2.9. Território

O crescimento de Portugal tem tido, a seu par, um aumento das assimetrias no território continental. No Interior, a par do encerramento de serviços e do escassear dos incentivos ao desenvolvimento, acentuou-se a desertificação e o envelhecimento da população, continuando os jovens a serem obrigados a migrar para outras paragens (no País ou no estrangeiro) à procura de emprego e de melhoria da qualidade de vida.

Portugal necessita de continuar a orientar-se para um nova filosofia de autonomia e de reconhecimento do papel das autarquias, seja individualmente ou em comunidades intermunicipais.

Qualquer solução para vencer a grave crise económica e social que o país atravessa, deverá passar necessariamente pelas autarquias e pelo Poder Local e pela transferência das competências necessárias, promovendo o encontro de soluções ajustadas às necessidades imediatas das populações.

O reforço das competências das autarquias, aproximando a decisão do cidadão, será defendida como uma medida de promoção da coesão territorial, através do reforço da solidariedade inter-regional e da melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações.

O novo modelo das comunidades intermunicipais que agora está a ser criado por iniciativa do Governo, deverá ser utilizado para o reforço da competitividade dos territórios, através a realização de projetos de desenvolvimento regional que correspondam às necessidades das populações e das regiões. As CIM devem adoptar modelos de gestão e investimento partilhados, acompanhados não por um aumento da despesa global do Estado, mas por importantes ganhos de eficiência através dos consequentes ganhos de escala.

A JSD defende a reorganização administrativa como chave para contrariar o cenário atual de disparidades regionais. Este processo deverá ser coerente com a situação interna política e orçamental do país, devendo o debate sobre a regionalização ser feito sem tabus, para assim se aferir do verdadeiro interesse nacional.

2.10. Crescimento Económico

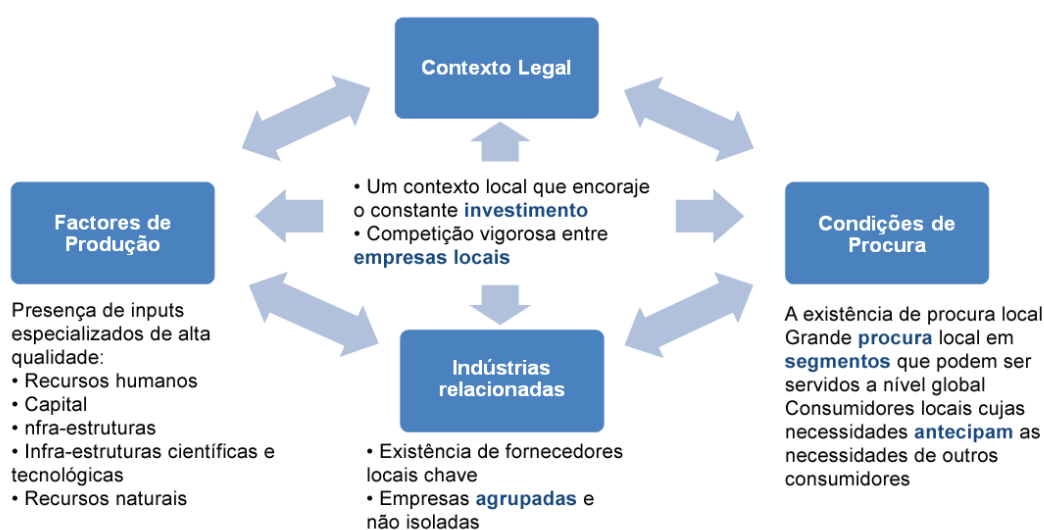
Salientamos como positivo o desenvolvimento do Plano Tecnológico que se assumiu como uma agenda de mudança para a sociedade portuguesa que visa mobilizar as empresas, as famílias e as instituições para que, com o esforço conjugado de todos, possam ser vencidos os desafios de modernização que Portugal enfrenta. No quadro desta agenda, o Governo deve assumir a redefinição do Plano Tecnológico como uma prioridade para as políticas públicas, pois não se deve desperdiçar aquilo que de positivo foi realizado no passado.

Entre 2006 e 2010 Portugal foi o país da OCDE em que o Investimento Público e Privado em Inovação mais cresceu, alcançando em apenas 5 anos um incremento de 8,31%, logo seguido da Estónia 6,59%, sendo que a média da União Europeia a 27 é de 0,85%. Apesar de Portugal ter sido o país que mais investiu em Inovação nos últimos anos, constata-se que é necessário melhorar a performance e a sua aplicabilidade no desenvolvimento de novos produtos e serviços de elevado valor acrescentado.

Sendo assim, na área da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), é intenção da JSD imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos. É importante o estado saber quais as empresas mais inovadoras, devendo para tal ser definidos critérios que permita obter uma classificação e comparação em termos de inovação. Propõe-se a criação de Centros de Investigação de Excelência associados a diversos setores económicos, sendo uma forma de melhorar a eficácia da investigação científica nacional através de uma estrutura de governance nova e investigadores de diversas universidades nacionais e estrangeiras dedicados a projetos específicos relacionados com o setor.

Pretendemos investir na sociedade do conhecimento, nomeadamente através do fomento de medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os portugueses para a Sociedade de Informação. Deve-se continuar a vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas atividades de investigação e desenvolvimento (I & D).

Portugal reforçou a aposta em bens / serviços e setores empresariais, alavancando áreas de especialização empresarial no território português. Numa iniciativa autónoma, as associações empresariais, empresas, universidades e centros tecnológicos decidiram unir-se na criação de diversos Polos de Competitividade e Tecnologia e Clusters Empresariais no sentido de alavancar o conhecimento existente a nível setorial. Após se terem definido clusters a nível regional, é necessário promover um conjunto significativo de medidas com vista a alavancar o crescimento das empresas que estão diretamente relacionadas com as estratégias de especialização empresarial. Neste sentido, deve ser desenvolvido um modelo de desenvolvimento integrado que agregue todos os agentes de atividade económica, pois só assim será possível ganhar escala e ser mais competitivos.



Entendemos que é necessário ir mais longe e rapidamente adotar um plano de reindustrialização de Portugal que fomente a competitividade à escala local e a exportação internacional dos melhores produtos e serviços. A indústria tem uma importância estratégica para o relançamento da atividade económica e para a criação de emprego, sendo necessário inverter rapidamente a trajetória de declínio verificada e enfrentar os desafios do século XXI. A reindustrialização de Portugal deve assentar num modelo mais moderno, dando prioridade aos setores de atividade económica decisivos para aumentar a competitividade nos mercados internacionais em termos de qualidade e não de quantidade. Se a confiança regressar, e com ela uma onda de novos investimentos, a indústria portuguesa pode melhorar os seus desempenhos e retomar a via do crescimento.

Acreditamos ser fundamental perceber a localização das empresas portuguesas nas cadeias de valor das empresas industriais internacionais. Neste sentido, permite-se ter pleno conhecimento da mais-valia das empresas portuguesas inseridas em grandes cadeias internacionais e como essa mais-valia se pode repercutir em novos acordos internacionais para as empresas nacionais.

Segundo o Banco de Portugal, nota-se uma volatilidade elevada no saldo inflows - outflows de IDE. Em média, durante o período de 1995 a 2008, os outflows de IDE foram superiores aos inflows, nomeadamente porque Portugal passou a ser preterido em termos de IDE em prol dos países do leste da Europa. No período compreendido entre 1995-1997 e 2006-2008, o IDE em Portugal cresce 300%, enquanto que a média dos países da OCDE é de 350%. Destaca-se ainda o forte crescimento da Islândia (2.678%), Turquia (2.404%), Federação Russa (1.560%) e República Eslovaca (1.211%). Também aqui Portugal tem de ser mais ativo, tem de procurar as empresas globais que pretendem investir na União Europeia ou as empresas europeias que reconhecem a competência e qualidade dos nossos trabalhadores e preferem investir no país.

Ao nível de Turismo e para além das excelentes condições naturais do país, Portugal é já um destino de referência na Europa, sendo necessário continuar a melhorar as infraestruturas turísticas a nível nacional.

Defendemos a criação de um novo Aeroporto Low Cost para fazer face à crescente procura de estrangeiros por Lisboa, devendo-se adaptar as infra-estruturas militares existentes. Para ter uma noção do volume de tráfego que estas companhias podem representar, em 2008, ano de recessão europeia, o número de turistas no Porto aumentou 14% graças ao aumento do número de voos das companhias low cost. Note-se ainda que o investimento necessário terá um rápido retorno (payback period), se for aproveitado um Aeroporto no eixo Lisboa – Cascais, criando um pequeno terminal Civil de passageiros à semelhança do efetuado em Eindhoven, Barcelona ou Bruxelas.

Atualmente já não é suficiente promover o Turismo de sol e praia, natureza, congressos ou de desportos, sendo necessário apostar em novos nichos de mercado. Acreditamos na área do Turismo de Saúde como forma de ajudar Portugal a atravessar a crise económica vigente. Garantir a prestação de cuidados de saúde a reformados europeus, de forma a proporcionar-lhes cuidados

médicos de alta qualidade e a um preço reduzido face ao seu país de origem é uma vantagem competitiva que o país não deve ignorar. Será necessário estabelecer protocolos com os países de origem dos reformados para a cobrança destes cuidados de saúde, sendo evidente que o fluxo de reformados europeus tenha tendência a crescer. Além disso, a construção de hospitais e clínicas privadas no Algarve com variada oferta médica permitirá à região assumir-se como um determinante polo europeu de saúde.

Com o aumento da Zona Económica (ZEE), Portugal passará a ter uma área total de 3.027.408 km², equivalente a 14,9 vezes a área de Portugal Continental, sendo a 10.^a ZEE do mundo. O paradigma de crise continuada levou ao surgimento de uma nova mentalidade, direcionada para o aproveitamento dos recursos naturais do País.

Nessa ótica, o Mar evidencia todo um vasto potencial de desenvolvimento e gerador de riqueza. Portugal deverá apostar fortemente na Economia do Mar, nomeadamente nas atividades associadas à investigação científica, biologia marinha, pescas, aquacultura, energia do mar e das marés e alterações climáticas. Considera-se ainda decisivo que Portugal aposte fortemente na renovação dos portos marítimos, assumindo-se como um player decisivo na entrada de mercadorias provenientes dos EUA e da América Latina na União Europeia. O desenvolvimento do Porto de Sines e dos seus acessos ferroviários à Europa através de bitola ibérica é fundamental para melhorar a posição geográfica de Portugal, permitindo ainda aspirar a ser a principal porta de entrada de mercadorias para a Europa.

Em termos energéticos apostaremos sempre nas energias renováveis como estratégia de desenvolvimento sustentável. Portugal é dos países Europeus com maior exposição solar, com uma localização interessante para a produção de energia solar. Os diversos programas de estímulo à produção e micro-produção de energias renováveis devem ser repostos, até porque promovem a procura de tecnologias mais eficientes pelas empresas portuguesas. A energia eólica off-shore deve ser impulsionada, assim como todos os outros projetos na área das energias renováveis, por forma a afirmar Portugal como líder mundial neste setor de atividade económica.

Partilhamos da opinião de que é necessário voltar esforços para o setor primário e apoiar todos aqueles que entendem que a agricultura continua a ser uma grande riqueza para o país. Os investimentos nesta área de atividade são fundamentais para tornar Portugal autosustentável a nível alimentar mas também devem estar relacionados com a utilização de novas tecnologias e serviços inovadores. Entendemos que é necessário modernizar o setor agrícola através do aumento de apoios à inovação dos métodos produtivos, à preservação do ambiente e ao desenvolvimento das zonas rurais.

Consideramos que é necessário mudar a estrutura económica de Portugal. O país deve apostar na reindustrialização do tecido empresarial, dinamizar as atividades de investigação e inovação com

vista ao desenvolvimento de novos produtos e serviços com maior valor acrescentado e não competir à escala global apenas pela quantidade de produtos fabricados. Só pela elevada formação dos portugueses, pelas competências profissionais incomparáveis em termos europeus e pela aposta na inovação seremos capazes de atrair cada vez mais IDE.

É ainda necessário enfatizar as estratégias empresariais locais através de um forte apoio à criação de clusters e à integração de Centros Tecnológicos e Universidades com o mundo empresarial, à economia do mar e todas as atividades diretamente relacionadas como é o caso das pescas ou da aquicultura, assumir as energias renováveis como um novo desiderato estratégico e dinamizar o turismo como fonte de riqueza.

Uma palavra para a importância de uma justiça célere e eficaz na captação de investimento estrangeiro. O caminho que se está a fazer – com destaque para os meios alternativos de conflitos, para lei da arbitragem voluntária e as reformas do processo civil e do processo executivo – é, para a JSD, fundamental.

2.11. Vida Saudável

Drogas

O consumo de drogas constitui um terrível flagelo social e representa um sério problema de saúde pública na generalidade das sociedades contemporâneas, de que o nosso País não é, infelizmente, exceção. A agravar a referida realidade, a par das denominadas drogas tradicionais (cocaína, heroína, etc.), nos últimos anos surgiram novas substâncias, vulgarmente designadas por “novas drogas” ou “drogas legais” – esta última expressão extremamente infeliz e mesmo perversa –, as quais, não obstante serem de raiz substâncias químicas psicotrópicas ou produzidas a partir de plantas psicoativas não sujeitas a controlo, têm sido livremente comercializadas em Portugal por não constarem da lista de substâncias proibidas, anexa ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro. Estas novas substâncias, destinando-se a provocar reações psicoativas, estimulantes, sedativas ou alucinogénicas, são produzidas sem qualquer controlo, pouco ou nada estudadas sob o ângulo científico e a sua proveniência é sempre ou quase sempre ignorada, sendo certo que implica para os seus consumidores consequências nefastas, as quais são ainda agravadas por terem efeitos secundários desconhecidos.

Estando normalmente associadas a consumos recreativos, as novas drogas têm como principal alvo os jovens e mesmo os adolescentes em idade escolar, os quais são normalmente expostos a informação enganosa, que minimiza ou nega os efeitos negativos ou mesmo fatais inerentes ao seu consumo. Segundo o Euro barómetro, divulgado em outubro de 2011, “5% dos jovens europeus já consumiu as novas drogas sintéticas”, o que constitui uma realidade profundamente preocupante. A não adequação ao consumo humano dessas novas drogas e os seus efeitos altamente nocivos

tornam-se particularmente evidentes quando se está na presença de produtos cuja utilização normal é a de servirem como fertilizantes de plantas, incensos ou sais de banho, para já não referir o fato de, na sua própria rotulagem normalmente até constar a menção “não próprio para consumo humano”.

A este respeito é, aliás, pertinente ter presente recentes declarações públicas do Presidente do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, para quem as novas drogas são um “caso grave de saúde pública” na medida em que “podem ter consequências físicas e mentais graves”. O referido responsável asseverou mesmo que “As substâncias vendidas nas smart shops podem envolver um risco maior do que as clássicas, que são proibidas por lei. Nos fertilizantes a publicidade é enganosa, pois as lojas vendem para uso humano, mas no rótulo diz que é para usar em plantas. Os consumidores têm uma falsa sensação de segurança.”

Acontece que o ritmo, sem precedentes, com que as novas drogas podem aparecer e ser distribuídas em todo o mundo torna difícil ou mesmo impossível avaliar em tempo útil os perigos para a saúde pública e os riscos sociais e danos decorrentes do seu consumo, donde resulta, como se referiu supra, que uma boa compreensão dos potenciais danos dessas substâncias está por avaliar. Embora não deva a JSD enveredar por lógicas meramente proibicionistas, impõe-se, por conseguinte, a urgente tomada de medidas adequadas para combater, efetiva e eficazmente, a venda, o consumo e a proliferação das novas drogas.

Considera ainda a JSD que deve ser prevista a possibilidade de o Governo poder determinar a suspensão provisória das substâncias relativamente às quais exista a suspeita de poderem representar um perigo para a saúde pública, as quais devem ser integradas numa “lista de controlo temporário” que permita verificar, de forma efetiva e transparente, que substâncias não podem ser comercializadas.

Deve, ainda, ser assegurado um rigoroso controlo sobre as denominadas Smart Shops, de forma a impedir que estes estabelecimentos possam continuar a disponibilizar ao público produtos e substâncias que, se consumidas pelo ser humano, possam provocar sérios riscos para a saúde e vida humanas.

O Governo deverá, também, reforçar as ações de fiscalização sobre a comercialização de produtos e substâncias nas Smart Shops, em particular no que se refere aos que são apresentados como incensos, fertilizantes ou sais de banho, proibindo, igualmente, a comercialização de produtos sem que na respetiva rotulagem se descreva integralmente a sua composição, se advirta para a presença de substâncias psicoativas ou para os efeitos que o seu consumo humano pode provocar. A JSD considera revestir a maior importância promover uma forte sensibilização da população, em geral, e das famílias e jovens, em particular, para os perigos e os gravíssimos riscos que o consumo destas novas drogas acarretam para a saúde e a vida humanas.

Por fim, sobre a descriminalização do consumo de drogas, a Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, estabelece, no n.º 2 do seu artigo 2.º, que a aquisição e a detenção para consumo próprio das plantas, substâncias ou preparações constantes das tabelas I a IV anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, “não poderão exceder a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias.”

Sucedem que uma tal previsão legal é suscetível de esbater a diferença entre consumidores e pequenos traficantes, na medida em que a sua consequência prática pode, com probabilidade não despreciable, redundar no tráfico de droga com recurso a logísticas mais distribuídas, que permitam evitar a detenção de quantidade superior ao limite do consumo médio individual dos aludidos 10 dias. Acresce que, nos últimos anos, aumentou significativamente a oferta de haxixe junto de estabelecimentos de ensino e locais maioritariamente frequentados por jovens, registando-se, também, um acréscimo do seu consumo.

Restringir o conceito de consumo pessoal, constituirá um contributo decisivo para contrariar o tráfico de proximidade, na medida em que permitirá distinguir, com maior clareza, o mero consumidor do pequeno traficante. Finalmente, o sentido desta posição é o de enviar um sinal à sociedade de que o consumo de drogas continua a ser um dano de enorme gravidade social, além de uma fonte de sofrimento para os jovens e as famílias portuguesas.

Obesidade e Atividade Física

A obesidade, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é definida como uma doença que consiste num excesso de gordura corporal acumulada, representando um risco para a saúde.

É, atualmente, conhecida a associação entre a obesidade e alguns tipos de cancro, nomeadamente cancro da mama, do útero, da próstata e colo-retal. Igualmente, cálculos biliares, alguns distúrbios respiratórios, distúrbios do sono e a osteoartrose (especialmente da anca e do joelho) estão associados à obesidade. Devido aos problemas de médio e longo prazo provocados pela obesidade, esta tornou-se um grave problema de saúde pública com implicações sérias na qualidade de vida dos doentes, diminuindo a esperança média de vida em cerca de 5 a 20 anos.

Este flagelo atinge principalmente os países desenvolvidos, mas, também, vem a registar um significativo crescimento nos países em desenvolvimento. Ainda que, existindo uma dificuldade séria em medir o valor exato do grau de manifestação da obesidade, estima-se que, a nível mundial, cerca de 22 milhões de crianças, com menos de 5 anos, manifestem pré-obesidade ou são consideradas obesas, sendo tal número obtido de acordo com os percentis de índice de massa corporal (IMC), comumente aceites pela comunidade científica, atendendo aos padrões etários. Nos Estados Unidos da América 33,6 % das crianças apresentam pré-obesidade ou obesidade.

Na Europa, os países da bacia do Mediterrâneo são os mais atingidos com 20% a 35% das crianças em situação de sobrepeso. Em Portugal, 29 % das crianças e 28,2% dos adolescentes entre os 11 e os 15 anos têm pré-obesidade ou são obesos.

Segundo o Estudo de Prevalência da Obesidade Infantil e dos Adolescentes em Portugal Continental (SPEO/DGS), a prevalência da obesidade nas crianças do género feminino é superior às do género masculino. Sendo a adolescência um período especialmente sensível e crucial na educação e criação de hábitos, é, nesta fase, que a obesidade se tem mostrado como um problema cada vez mais grave.

A obesidade infantil e juvenil pode levar a alterações nas condições normais da função pancreática, cardíaca, hepática e dos valores de pressão arterial. Alguns dos problemas mais frequentemente encontrados são a diabetes, puberdade precoce, distúrbios alimentares como anorexia ou bulimia, problemas dermatológicos e a asma.

O risco de vir a sofrer estas complicações depende da idade em que a criança se torna obesa e da duração da obesidade. Os adolescentes obesos têm uma imagem frágil de si próprios, muitas vezes não se conseguindo inserir em grupos ou conviver com os seus pares, originando o seu progressivo isolamento e maior sedentarismo. Por esta razão, as crianças obesas são frequentemente vítimas de bullying.

Os estereótipos existentes na sociedade podem potenciar baixos graus de autoestima e depressão, o que pode acarretar uma maior probabilidade de comportamentos de risco. Este isolamento da sociedade redonda viciosamente no agravamento da obesidade.

Assim, impõe-se uma mudança do atual paradigma no combate à obesidade, investindo em programas de promoção de alimentação mais saudável, com especial atenção para o desenvolvimento e aplicação de estratégias baseadas no princípio da saúde em todas as políticas, bem como a adoção de uma abordagem mais incisiva e menos convencional nas campanhas de promoção da saúde e preventivas da obesidade que sensibilize, especialmente, a juventude portuguesa na temática.

Consideramos ser de particular importância a adoção das seguintes medidas:

- promover campanhas com recurso a imagens que evidenciem as consequências da obesidade e de doenças relacionadas;
- divulgar informação nas escolas sobre as consequências da obesidade na diminuição da qualidade de vida, nomeadamente, junto dos encarregados de educação;
- utilizar o serviço público de televisão para a divulgação das consequências deste flagelo;
- implementar modelos de reuniões conjuntas com Dietistas/Nutricionistas e Associações de Pais para que essa questão particular seja discutida e personalizada em relação a cada criança;

- criar um programa nacional de desporto escolar, organizado por regiões e elaborado em conjunto com os professores de educação física;
- difundir programas de incentivo ao consumo de frutas e legumes, apostando na proximidade entre as escolas e a comunidade agrícola;
- rever os conteúdos energéticos das refeições escolares e diversificar a oferta de alimentos saudáveis nas escolas.

2.12. Assuntos Europeus

A Europa está a atravessar sérias dificuldades económicas e financeiras, levando alguns países a adotarem duras medidas de austeridade com vista ao equilíbrio das contas públicas. Considera-se que é urgente suavizar as metas fixadas em termos de redução do défice orçamental dos países do euro mais afetados pela crise económica, como é o caso da Grécia, Irlanda, Portugal, ou mesmo Espanha e Itália. No entanto, é necessário conciliar os programas de austeridade com incentivos ao crescimento e ao emprego, evitando-se assim entrar numa espiral recessiva conforme se sucede na Grécia!

A Comissão Europeia anunciou a criação do imposto europeu sobre as transações financeiras, que se inspira na iniciativa do prémio Nobel da Economia, James Tobin, tendo Portugal secundado a proposta europeia. Após uma ampla discussão sobre a pertinência da adoção do imposto em causa, Portugal, França, Alemanha, Espanha, Grécia, Itália, Bélgica, Áustria, Eslováquia e Eslovénia enviaram um pedido formal à Comissão Europeia para fazerem parte do projeto de cooperação reforçada.

A progressiva harmonização fiscal entre os 17 Estados-Membros da Zona Euro poderá evitar que existam empresas que transfiram os seus ativos para países mais benéficos (ex: Holanda) e o aprofundamento do mercado único europeu permitirá só à França alcançar um crescimento económico estimado de 2% do PIB.

Trabalharemos, ativamente, para que a União Europeia e as instituições internacionais assumam a juventude como um novo desígnio de futuro. Nesta perspetiva, importa perceber as reais intenções da Comissão Europeia para os programas de educação, formação e juventude intitulado "Erasmus para Todos" e como o mesmo irá beneficiar a mobilidade de milhares de jovens europeus. Sendo o principal programa de juventude europeu, é fundamental para nós que seja organizado de acordo com as reais necessidades das novas gerações, combatendo não só o desemprego jovem, mas também melhorando as qualificações da juventude europeia e a mobilidade internacional.

A recalendarização dos 82 mil milhões de Euros de fundos estruturais com vista a apoiar os investimentos das PME's e a criação de emprego é fundamental para apoiar os jovens onde a taxa de

desemprego já supera os 36%. Outra das medidas a adotar é o reforço do capital do Banco Europeu de Investimento em 10 mil milhões de Euros que potencializará a realização de investimentos públicos e privados na ordem dos 200 mil milhões de Euros.

Entendemos que é fundamental impulsionar uma terceira revolução industrial, assente numa crescente aposta na investigação, inovação e empreendedorismo como forma de potenciar o desenvolvimento futuro da União Europeia e alavancar a competitividade das empresas à escala global. Volvidos mais de 60 anos, é urgente pensar num novo Plano Marshall que potencialize a recuperação económica da Europa, através de reformas fiscais, reforço do mercado único e investimentos sustentados nas áreas económicas com maior prosperidade e criação de emprego.

É assim necessário adotar uma nova política industrial, realizar investimentos nas empresas que serão a base da economia europeia de futuro, reforçar as atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, incentivar o empreendedorismo, melhorar o carácter atractivo do investimento direto estrangeiro e facilitar o investimento privado, bem como o acesso aos capitais, nomeadamente para as PME.

O conjunto alargado de medidas aqui apresentadas implica um reforço do orçamento europeu para o próximo período de programação (2014-2020), não podendo os Estados-Membros, por um lado exigir maiores investimentos à Europa em várias políticas setoriais e, por outro lado, uma menor participação para o orçamento europeu sem permitirem que a Comissão adote recursos próprios consagrados no Tratado sobre o Funcionamento da União. Concordamos com o Quadro Financeiro Plurianual para 2014-2020 apresentado pelo Presidente da Comissão Europeia no valor de 1.033 mil milhões de Euros e defendido pelo Parlamento Europeu e por 15 países que beneficiam diretamente dos fundos da Política de Coesão.

No centro de um furacão económico e financeiro, com enormes dificuldades em salvaguardar a estabilidade na Zona Euro e diminuir as consequências sociais das medidas adotadas, existem algumas regiões europeias que clamam pela sua independência num claro sinal de separatismo e falta de solidariedade com as nações mãe. O risco de desagregação de Espanha (Barcelona), Reino Unido (Escócia) ou Bélgica (Flandres) é gravíssimo no quadro europeu de estabilidade e democracia, não só devido à crise económica e aos tempos de penúria e austeridade que imperam mas também ao potencial de exportação e disseminação avassalador a outras regiões europeias (e.g.: País Basco, Córsega ou Norte de Itália). É fundamental que os partidos e as instituições tomem uma posição ativa para solucionar este problema em algumas regiões e que a União Europeia receba o Prémio Nobel da Paz com toda a tranquilidade geográfica.

Neste momento, entende-se que a Europa deve fortalecer internamente o seu projeto e promover uma crescente integração a nível político e económico, investindo cada vez mais no desenvolvimento das regiões e na melhoria da qualidade de vida das populações. Defende-se que é funda-

mental apostar no crescimento económico, criação de emprego e geração de riqueza, pois só desta forma a UE será mais solidária com os povos vizinhos e competitiva à escala global.

Ao longo dos últimos anos têm sido tomadas várias medidas com vista a aprofundar a integração europeia, conforme se verificou com a criação do Euro, reforço do mercado interno ou novos mecanismos de solidariedade. No entanto, são vários os líderes europeus que entendem ser necessário aprofundar o espaço europeu e reforçar a integração em várias políticas.

O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, defendeu a necessidade de a Europa seguir “um novo rumo e um novo pensamento”, marcado por uma maior união entre os Estados-Membros, com os mais vulneráveis a não deixarem dúvidas sobre a determinação em prosseguir as reformas e sobre o sentido de responsabilidade, e os mais fortes a não deixarem também quaisquer dúvidas sobre o sentido de solidariedade. O processo de maior integração europeia deverá passar por uma crescente união económica, bancária e financeira. 17 Estados-Membros da União Europeia estão inseridos numa união monetária, mas ainda não aprofundaram a sua integração económica e bancária, sendo fundamental que o façam tão breve quanto possível. Conforme referiu Jacques Delors em 1990 numa entrevista a uma televisão francesa “O meu objetivo é que a Europa caminhe na senda do federalismo, com a Comissão Europeia a assumir o papel executivo que define interesses comuns de todos os Estados-Membros”. Também nós, europeístas convictos, entendemos que só com maior integração económica, política e financeira, a Europa poderá voltar aos momentos de estabilidade orçamental, crescimento económico, geração de riqueza e afirmação à escala global. Este não é o momento de andar para trás! Entende-se que é fundamental devolver a esperança e confiança aos cerca de 500 milhões de cidadãos europeus e às 23 mil PME’s, para que a Europa caminhe no sentido do progresso e da geração de riqueza.

A par da construção europeia é fundamental aumentar o sentimento europeísta dos cidadãos dos estados-membros. Devem, por isso, as instituições apostarem em promoção dos seus mecanismos de decisão e atuação, ao mesmo tempo que estes devem ser refletidos e agilizados. A eleição do Presidente da Comissão por sufrágio direto e universal é um passo indispensável para a aproximação entre os decisores e os povos. Para a JSD é crucial que se aumente a legitimidade democrática das instituições europeias e que as designações sejam claras e transparentes.

3. JSD@HOME

3.1. Programa Político para a Juventude Portuguesa (PPJP)

Na década de 80, a JSD lançou o PPJP, um documento político que determinou as políticas de juventude desenvolvidas em Portugal nos últimos 30 anos. Desde aí, a JSD nunca mais voltou a lançar um profundo debate de reflexão sobre as principais preocupações das novas gerações, enquanto estrutura política de juventude, que com o decorrer de mais de três décadas não são as mesmas que eram no tempo de Pedro Pinto, quando foi elaborado o PPJP. A sociedade de agora é manifestamente diferente tal como os desafios que se lhe colocam, para além de que há áreas onde a JSD não tem, atualmente, uma posição definida.

É fundamental para o mandato que se inicia após o término do XXII Congresso Nacional da JSD, a revisão do PPJP. Para tal, o debate deve antes de mais começar na estrutura, com os seus dirigentes e militantes, mas deve ser tido noutros fóruns, como nas escolas, nas instituições de ensino superior, nas associações juvenis e de estudantes, para além de trazer para esta reflexão o contributo de especialistas nas principais áreas sobre as quais a JSD tem necessariamente de ter uma posição.

Desde a Educação, ao Emprego, passando pelo Estado, Justiça, Europa, e tantas outras áreas, pretendemos com o novo PPJP trazer para o debate político aquele que é o Modelo de Sociedade da JSD para o Século XXI. Queremos construir um Projeto Político para as Novas Gerações.

3.2. Militância Ativa

O momento difícil que o país atravessa, aliado à descredibilização da classe política que é hoje uma realidade, conjugado com facto do PSD estar diariamente a tomar medidas impopulares, torna pouco apetecível a militância numa estrutura partidária afeta ao partido do Governo. Assim, é incompreensível que estejam mensalmente a ser desconsiderados militantes da JSD, pelo menos, no que à participação da JSD diz respeito.

Por esta razão, é imperioso contrariar o fenómeno de suspensão de militantes da JSD, pelo facto destes não terem as quotas pagas. O pagamento de quotas não é requisito para a consideração da capacidade eleitoral, ativa e passiva na JSD, nos termos dos nossos Estatutos e regulamentos. Assim, pretendemos que para atos eleitorais na JSD, tenha a nossa estrutura cadernos eleitorais distintos dos do partido, não se prejudicando a participação na vida ativa da JSD dos militantes maiores, tenham estes ou não as suas quotas em dia. Por outro lado, é igualmente importante que haja um mecanismo mais célere e mais simples para a regularização dos que tenham em atraso o pagamento das suas quotas.

Relativamente aos militantes sub18, também se tem verificado um problema na sua transição para o partido. Se legalmente é inexecuível a sua transição automática para o PSD, é fundamental criar mecanismos que facilitem a sua inscrição no PSD e a sua manutenção na JSD.

Desta forma, propomos que quando estes militantes atinjam a maioria seja enviado uma carta com uma ficha do PSD, para agilizarmos a sua passagem para o PSD, assim como o contacto com a respetiva concelha. A par disto, entendemos que a ficha de inscrição na JSD deve ser atualizada, tanto sob o ponto de vista gráfico, como ao nível do conteúdo, uma vez que para os militantes menores a livre militância é hoje uma realidade, sendo por isso desnecessário o preenchimento de campos como a residência ou o estabelecimento de ensino.

3.3. Modelo de Comunicação

A JSD é hoje uma estrutura com mais de 25.000 militantes. A forma como a mensagem é transmitida é essencial para o seu sucesso. Se é certo que não nos devemos pautar pela ambição do mediatismo, tendo-o como objetivo central, também é verdade que só com uma comunicação fluida internamente, entre órgãos e militantes, e externamente, com os cidadãos, os jovens que não pertencem à JSD e a comunicação social, conseguiremos transmitir o nosso trabalho, os nossos objetivos e as nossas causas.

Há muitos militantes e dirigentes da JSD que não têm informação sobre as medidas do Governo, nem do trabalho dos deputados eleitos pela JSD, ou da atividade da própria Comissão Política Nacional. Desta forma, é fundamental potenciarmos esta rede que conta com jovens de todo o país, através do envio regular de informação sobre a atividade do Governo, Grupo de Deputados da JSD e da Comissão Política Nacional.

Neste sentido, os canais de comunicação com os militantes serão reforçados, com enfoque quer na atividade produzida pela Comissão Política Nacional, nas suas várias áreas, quer na atividade dos Deputados ligados à JSD, quer, finalmente, nas decisões do Governo de Portugal. A Intranet da JSD, será também potencializada, uma ferramenta acessível a todos e que será uma mais valia nesta área da comunicação interna. Só através de um conhecimento sério da realidade e de informação interna credível é que os militantes desta podem fazer uso.

Por outro lado a implementação dos sites concelhios e regionais será reforçada, tal como as redes sociais e os media, entre os quais os jornais, a televisão e os blogs. Somos uma estrutura de jovens e temos que estar presentes onde os jovens vão habitualmente consumir informação, com imagens apelativas e textos claros ou vídeos que deixem vontade de saber mais e pesquisar informação sobre os diversos temas.

3.4. Secretaria Geral 3.0

No mandato que agora finda, deram-se passos largos na Secretaria-Geral 3.0. Se hoje é uma realidade para as estruturas concelhias e regionais a existência de sites e e-mails, tal como uma área reservada onde será possível o pedido mais célere de listagens e de contactos com os militantes, devemos explorar esta nova ferramenta, em função das necessidades dos novos tempos.

Por outro lado, as redes sociais são um instrumento fundamental para divulgação de iniciativas, estando o país a cumprir um apertado plano de ajustamento, temos com as ferramentas já disponíveis da secretaria-geral 3.0 todas as condições para criarmos uma ferramenta de bolsa de boleias, fomentando a participação mais económica dos militantes da JSD nas atividades realizadas por todo o país.

Por outro lado, à semelhança do que a JSD já realizou no passado, é fundamental apostar nos Encontros de Presidentes e Secretários-Gerais, uma vez que é uma oportunidade de dar formação e informação sobre estrutura e funcionamento da JSD e de fomentar a partilha de conhecimento por parte dos dirigentes das estruturas territoriais.

3.5. Formação Política

A formação política é uma das marcas da JSD em Portugal. A Universidade de Verão, a Universidade do Poder Local e a Universidade da Europa são amplamente reconhecidas como iniciativas que apostam em formação de qualidade. A JSD deve continuar empenhada em elevar o patamar de rigor e excelência destas iniciativas.

Na última revisão estatutária, consagrou-se a importância que a formação política tem representado para a JSD, através da institucionalização do coordenador nacional, os regionais e os concelhos de formação. E, ao longo dos últimos 2 anos criou-se o programa inicial de formação SABER+ e o DESENVOLVER+, que são hoje ferramentas que estão disponíveis para os dirigentes e militantes da JSD.

Caberá à próxima Comissão Política Nacional continuar este trabalho de consolidação da formação política na JSD, através da criação da Academia Política, estrutura permanente de formação, prevista nos Estatutos Nacionais da JSD. A Academia Política debruçar-se-á sobre a formação política em 4 vertentes:

- formação inicial, dirigida a militantes e não militantes, (in)formando os jovens militantes e não militantes para o seu papel na sociedade;
- formação política, disponibilizando aos militantes da JSD ações de formação, sobre a

estrutura, desde a história da JSD, ao funcionamento e organização da estrutura, e sobre temas como comunicação, gestão de conflitos, lideranças de equipa, entre outras;

- formação avançada, para dirigentes da JSD, numa lógica de responsabilização e capacitação para o desempenho das suas funções;
- Top Training, criando processos de formação externa em áreas críticas da ação política da JSD, em parceria com instituições externas. Com a criação da Academia Política, criar-se-ia uma bolsa nacional de formadores.

Por outro lado, se a formação política e o trabalho que a JSD desenvolve por todo o país dotam os militantes e dirigentes de ferramentas úteis para a sua vida académica e profissional, será uma prioridade da Próxima Comissão Política Nacional a aposta na sua credibilização. Assim, pretendemos o reconhecimento e validação das competências-chave adquiridas, à semelhança do que sucede no programa Juventude em Ação, através do Certificado Youthpass.

3.6. Sub 18

Nos últimos anos a JSD apostou na formação SUB18 que, por todo o país, permitiu mostrar aos jovens das escolas básicas e secundárias o que é a Política e de credibilizá-la junto dos militantes e não militantes desta faixa etária. Mas, pese embora a enorme mais-valia deste projeto, é fundamental continuar a aposta neste segmento. Desde logo, porque é nestas idades que o gosto pela Causa Pública surge, através da participação em associações de estudantes e juvenis, para além de que a história da JSD começou nos estabelecimentos de ensino, com o envolvimento de jovens politicamente interessados e dispostos em participar mais ativamente na Vida Pública.

Desta forma, aproveitando a nova possibilidade criada com a última revisão estatutária, a criação de Núcleos de Estudantes Social-Democratas é uma oportunidade para a JSD envolver desde cedo os mais novos na participação política. Deve, aliás, ser também uma preocupação o reforço da militância nestas idades, uma vez que representa uma revitalização e um sinal de rejuvenescimento da estrutura.

Por outro lado, as preocupações destes jovens estão muito relacionadas com temas como a Educação, Desporto Escolar, Associativismo e Participação Cívica, pelo que seria muito útil que a JSD de forma regular enviasse por e-mail uma newsletterSUB18, com as principais novidades nestas áreas.

A par disto, à semelhança do que sucedeu nos últimos anos, é crucial que se continue a aposta nas Voltas Nacionais, já que é uma oportunidade única de contactar com estes jovens, ouvir as suas principais preocupações e divulgar a Marca JSD nas Escolas.

Para estas matérias, é imprescindível a articulação com a estrutura dos Estudantes Social-Democratas, potenciando a sua intervenção em todas as matérias relacionadas com o Ensino Básico e Secundário.

3.7. Autárquicas 2013

As autarquias foram, desde o 25 de abril, um dos grandes motores da modernização do país. Portugal desenvolveu-se estruturalmente à volta das funções que foram assumidas pelo poder local, pelas autarquias.

Os projetos autárquicos dos Autarcas Sociais Democratas são hoje por todo o país exemplo de boa gestão de recursos e de boas práticas do poder local. O próximo momento eleitoral irá constituir, no entanto, um grande desafio para os autarcas e para a JSD.

A lei de limitação de mandatos autárquicos estabelece um limite para o exercício dos cargos de presidente de câmara municipal e de junta de freguesia. Em 2013, 86 dos 139 Presidentes de Câmara do PSD bem como mais de 1.500 Presidentes de Junta serão obrigados a abandonar as suas missões. É um pesado número de 2/3 dos Presidentes que o PSD detém atualmente.

Além disso, o Governo está a levar a cabo a Reforma da Administração Local, que irá também causar algumas alterações aos processos de eleição dos Presidentes de Junta de Freguesia. Para a JSD, no entanto, esta situação representa um desafio e uma oportunidade: trata-se do desafio de seguir em frente, o desafio da renovação.

O próximo ano constitui a etapa final do processo de renovação que a Juventude Social Democrata tem acompanhado nos últimos tempos e do qual já houve manifestações concretas nas últimas eleições autárquicas e legislativas com a inclusão de diversos jovens nas listas.

A Comissão Política Nacional deverá apresentar-se no processo das Eleições Autárquicas de 2013 como um dos principais motores deste processo de renovação a que assistiremos nos municípios de todo o país.

Da coordenação com os Jovens Autarcas Sociais Democratas no desenvolvimento de uma Estratégia Nacional para as Autárquicas 2013 é um passo fundamental para a criação de linhas orientadoras para as campanhas que irão desenvolver-se a nível nacional.

As principais linhas de ação da dessa estratégia passarão por:

- organizar ações de troca de conhecimento, partilha das melhores práticas, ideias e propostas entre jovens de todo o país;

- formar os nossos futuros autarcas, dando-lhes ferramentas ao nível da criação de programas eleitorais;
- criar ferramentas concretas e prontas a utilizar de apoio à dinamização dos jovens de todos os concelhos.

A Comissão Política Nacional irá atuar como elemento agregador dos candidatos autarcas de todo o país, não se impondo no seu discurso nem na sua imagem, mas auxiliando na sua melhor preparação para dar respostas às necessidades dos jovens dos seus concelhos.

Nas eleições autárquicas de 2013, a JSD saberá aproveitar da melhor forma o papel decisivo que cai sobre si, na apresentação de jovens quadros com formação, competência e credibilidade social, que se distingam pela apresentação de ideias e projetos disruptivos e inovadores, diferenciadores e capazes de melhorar a qualidade de vida das suas comunidades.

3.8. Relações Internacionais

As matérias de juventude a nível europeu devem contar com o especial envolvimento de uma equipa de trabalho constituída no âmbito do Gabinete de Relações Internacionais. Esta equipa terá de estudar regularmente os diversos dossiers temáticos que estão a ser debatidos em sede das instituições europeias e ser pró-ativos na apresentação de ideias e projetos.

Um gabinete ativo e dinâmico só será possível caso sejam envolvidos todos os que pretendem trabalhar em assuntos europeus. Neste sentido, pretendemos criar um "Think-Thank" que deverá reunir vários jovens social-democratas localizados em Portugal e nos mais diversos países à escala global, com o intuito de recolher ideias e desenhar projetos para o futuro do território europeu nas mais diversas áreas de atividade.

Entendemos, como sendo fundamental, continuar a organizar a Universidade da Europa, assumindo-se este como um espaço privilegiado de formação de juventude sobre os mais recentes temas europeus que se encontram em discussão. É nossa intenção continuar a organizar anualmente um evento desta índole estratégica, pois só desta forma será possível refletir e debater as políticas europeias.

Ao longo dos últimos anos, a nossa organização tem tido uma posição irrepreensível na participação a nível europeu e mundial das organizações de juventude, devendo-se continuar a trilhar o caminho que está a ser desenvolvido com amplo sucesso. É fundamental ter uma participação ativa nos debates de futuro sobre a Europa, devendo assim a JSD continuar a participar ativamente na organização de juventude do Partido Popular Europeu (YEPP). O YEPP é a maior e mais importante

organização de juventude a nível europeu, reunindo 57 partidos políticos de centro direita de 39 países em toda a Europa. Fundado em 1997, o YEPP assume uma posição bastante ativa no Partido Popular Europeu, nomeadamente nas questões relacionadas com a juventude e o futuro do projeto europeu.

A afirmação do projeto europeu e a crescente integração por nós defendida implica que exista uma participação mais activa dos portugueses na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu que se deverá realizar em maio / junho de 2014. Nas últimas eleições europeias, a abstenção assumiu um valor recorde quando comparada com eleições legislativas, presidenciais e claro, autárquicas. Para que se tenha uma noção: em 2009, altura em que a abstenção na UE foi a mais alta de sempre, resultando numa média de 56,5 %, Portugal alcançou uma abstenção de 63,5%, portanto superior em 7 pontos percentuais, só tendo votado praticamente um em cada 3 eleitores.

Serão eleições muito difíceis, em que é fundamental envolver os portugueses no debate sobre o futuro do projeto europeu e estar totalmente empenhados em auxiliar o PSD a ser o principal partido português no Parlamento Europeu, merecendo assim a confiança dos nossos concidadãos. Teremos de trabalhar proativamente na defesa intransigente dos jovens portugueses, apresentando um conjunto de propostos que devem merecer o nosso melhor empenho.

Num momento em que a Europa caminha para uma crescente integração económica, política e financeira e em que começam a existir várias vozes a defender uma federação de "Estados-Nação", é fulcral impulsionar um grande debate sobre o futuro do projeto europeu. Neste sentido, pretendemos lançar um inquérito nacional dirigido à juventude portuguesa com o propósito de identificar as suas maiores preocupações pessoais e profissionais e, simultaneamente, recolher ideias sobre a forma como a UE os pode auxiliar a melhorarem a sua qualidade de vida.

É ainda nossa intenção desenvolver uma grande campanha nacional de esclarecimento sobre algumas plataformas de apoio à juventude a nível europeu. Na área da educação, entendemos como bastante positivo que os jovens continuem a realizar um ano ou semestre de estudos fora do seu país de origem, defendendo assim o reforço acérrimo das verbas do Programa Erasmus. Em termos laborais, enfatizaremos a mobilidade europeia como um desiderato estratégico, sendo assim importante dar a conhecer a Plataforma EURES que promove a mobilidade laboral em todo o espaço europeu, o Programa Erasmus Primeiro Emprego ou o projeto Leonardo da Vinci que estimulam a realização de estágios profissionais.

A concretização de tantas ideias e projetos para a juventude nacional implicará que exista uma representação ao mais alto nível nas instituições europeias. Entendemos que está na altura dos jovens portugueses terem um representante seu no hemicycle de Bruxelas / Estrasburgo, pois só tendo um acento no principal órgão diretamente eleito pelos cerca de 500 milhões de cidadãos é que será possível defender ativamente políticas públicas de juventude.

O facto de o nosso presente e futuro mais próximo estar muito mais intimamente relacionado com a União Europeia, Portugal, a sua História e a sua Atlanticidade reclamam mais. As relações transatlânticas deverão ser reforçadas num espírito de cooperação com as juventudes partidárias.

A língua portuguesa representa um potencial por explorar, sendo necessário aprofundar as relações com as juventudes da lusofonia. Trabalhar em estreita cooperação com os PALOP deverá repercutir-se em vantagens competitivas do país a médio / longo prazo, reforçando assim a presença de Portugal no contexto internacional. Iniciativas como Sub-18 ou Saber+ são imediatamente exportáveis e replicáveis em todos os PALOP's que o queiram, assim como outras iniciativas de formação avançada como a Universidade de Verão ou Universidade do Poder Local.

Apesar de apenas termos aderido à organização mundial de juventude intitulada International Young Democratic Union (IYDU) no corrente ano, pretendemos reforçar a nossa participação e assumir uma importância estratégica na construção de um mundo mais justo e coeso. O IYDU é a organização jovem do IDU em que o PSD é parte integrante. O respeito pelos Direitos do Homem, a liberdade, a democratização, e a promoção de um Estado de Direito que assegure os direitos e as garantias são valores pelos quais a JSD irá continuar a trabalhar na cena mundial. Enfatizaremos o nosso papel à escala global através de um crescente estímulo à assistência humanitária e do apoio ao desenvolvimento, com o objetivo principal da erradicação da pobreza e do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

4. Síntese

Na Moção de Estratégia Global apresentamos um vasto conjunto de propostas que pretendem reforçar a estrutura a nível interno e capacitá-la para uma melhor atuação política nos vários locais de discussão.

Uma JSD bem organizada, estruturada em torno dos eixos da formação política e do debate de ideias e que saiba comunicar de forma eficaz com os portugueses em geral, e com os jovens em particular, será uma juventude política muito mais forte, dinâmica e ativa a defender os seus ideais juntos dos principais agentes políticos.

Sabemos que temos um longo caminho a percorrer na reforma do estado e em diversas áreas setoriais do nosso país, mas nós também pretendemos liderar a discussão que irá mudar Portugal. Uma discussão que deverá assentar num intenso debate de ideias e projetos e não em demagogias bacocas e na culpabilidade dos anteriores atos de gestão.

Através de propostas concretas, pretendemos continuar a assumir uma posição ativa, por vezes incómoda, na defesa intransigente da juventude portuguesa, pois só desta forma conseguiremos desenvolver políticas públicas que garantirão um melhor futuro às novas gerações.

Não pactuamos com níveis elevadíssimos de desemprego jovem ou com a geração mais qualificada de sempre a abandonar Portugal. Não podemos pactuar com atos de gestão danosa que colocam em risco a sustentabilidade das contas públicas e não pactuaremos com a falta de solidariedade inter-geracional vista no passado recente.

Defendemos que é possível congregar vontades e iniciativas de todas faixas etárias e, que, só em conjunto sairemos desta nebulosa em que nos encontramos. Juntos seremos mais fortes, juntos discutiremos as melhores soluções para o país e juntos iremos Cumprir Portugal.

